

# O passado despedaçado: o espectro da fragmentação profissional na historiografia norte-americana (c.1980-c.1990)\*

The shattered past: the specter of professional fragmentation in American historiography (c.1980-c.1990)

---

**Arthur Lima de Avila**

Doutor

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

arthurlavila@gmail.com

Rua Gonçalo de Carvalho, 474/601 - Independência

Porto Alegre - RS

90035-170

Brasil

---

## Resumo

Este artigo trata das reações dos historiadores norte-americanos à presumida fragmentação de sua disciplina durante as décadas de 1980 e 1990, supostamente causada pela emergência da Nova História Social e dos chamados "estudos particularistas". O texto atenta principalmente para algumas das diversas tentativas de se escapar de tal situação e dos diversos chamamentos a sínteses capazes de dar conta da ampla especialização disciplinar daquele período. Da mesma maneira, este trabalho busca analisar algumas das repercussões políticas desta fragmentação, já que alguns historiadores viram nela a dissolução de uma história nacional única, botando em risco, assim, para a própria identidade nacional dos Estados Unidos.

145

## Palavras-chave

Conhecimento histórico; Historiografia norte-americana; Fragmentação.

## Abstract

This article deals with the reactions of some American historians to the presumed disciplinary fragmentation of the 1980s and 1990s, allegedly cause by the emergence of the New Social History and of the so-called "particularist studies". The text pays attention to some of the various attempts of escape from such a situation and to the many calls to syntheses capable of dealing with the wide disciplinary specialization of that time. Similarly, this works aims to analyze some of the political repercussions of this fragmentation, since some historians saw in it the dissolution of a single national history, thus jeopardizing the very national identity of the United States.

## Keyword

Historical knowledge; American historiography; Fragmentation.

---

Enviado em: 08/12/2009

Aprovado em: 15/01/2010

---

\* Esta pesquisa foi desenvolvida com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

“Não havia rei em Israel e cada um fazia o que era certo aos seus olhos”, escreveu Peter Novick (1988, p. 573), citando a Bíblia, para referir-se ao estado da historiografia norte-americana em fins da década de 1980. Segundo ele, a crise da disciplina havia atingido um grau tão intenso que não havia mais um centro comum à história. Pelo contrário, a multiplicidade de objetos e abordagens havia erodido o antes tão comum sonho de uma história universal, capaz de falar a todos os estadunidenses (NOVICK, 1988, p. 573-600).

Vários foram os diagnósticos para este aparente fim da História: “burocratização”, “superespecialização”, “abandono dos enfoques tradicionais”, “politização”, “falta de postos de trabalho” e a “crescente necessidade de publicação” foram apenas alguns dos problemas mencionados pelos historiadores. Aliado a estes, também estava o temível espectro do “multiculturalismo”, com suas “ameaças” à identidade nacional norte-americana. Em suma, dependendo de quem estivesse falando, um apocalipse historiográfico parecia eminente (TYRRELL, 2000, p. 371-393). “O fim está próximo”, pareciam gritar os pregadores do desastre vindouro!

Mas, enfim, o que estava por trás destes alarmes? Qual o motivo para se pensar que a historiografia norte-americana estava em crise? O objetivo deste artigo é buscar compreender como os historiadores dos Estados Unidos entenderam este fenômeno e algumas das soluções que eles tentaram encontrar para este problema, levando em consideração dois pontos: as novas demandas políticas e sociais que induziram a disciplina à “crise” e a contínua, e aparentemente infrutífera, busca por sínteses que pudessem recuperar o caráter supostamente “unitário” da história estadunidense.

146

### O Fim do Consenso

Na década de 1970, o chamado “consensualismo historiográfico” norte-americano chegou ao fim. A Guerra do Vietnã, o Movimento pelos Direitos Civis, os conflitos estudantis dos anos 1960 e o escândalo de Watergate minaram a ideia de que existia um conjunto de valores políticos e ideológicos comuns a todos os estadunidenses. Durante os decênios anteriores, autores como Arthur Schlesinger, Jr., Daniel Boorstin, Oscar Handlin, Louis Hartz e David Potter defenderam a opinião de que a história dos Estados Unidos estaria livre dos grandes conflitos ideológicos que sacudiram a Europa e que, de uma maneira ou outra, existia um consenso sobre as benesses do capitalismo e da democracia representativa. Em outras palavras, a história norte-americana era vista como livre de conflitos, fiadora de uma tradição política liberal que rejeitava extremismos políticos e que negociava suas dissensões internas. Assim, uma suposta harmonia entre posições divergentes acabava predominando (NOVICK, 1988, p. 333-335).<sup>1</sup>

<sup>1</sup> O termo “consensualismo” apareceu primeiro em um texto crítico de John Higham (1967), que exortava estes autores a enxergarem além deste “consenso”, recuperando algumas das tensões sociais e políticas da história do país. O âmbito deste suposto consensualismo ainda continua em discussão, entretanto. Ver FITZPATRICK, 2002.

Os primeiros sinais de que o tão propalado consenso havia chegado ao fim vieram com diversos protestos universitários, começando com o de Berkeley, em 1964, e culminando com os de Columbia e Cornell, nos três anos seguintes. Para além de seus motivos políticos mais amplos (como o fim da Guerra do Vietnã), aqueles que protestavam tinham uma forte motivação acadêmica: a democratização da nomeação de docentes, mudanças nos currículos, principalmente no âmbito das Humanidades, e a criação de processos para a efetiva integração universitária das diversas minorias étnicas e sociais, incluindo cotas de admissão. Aos olhos dos conservadores, que encaravam estas demandas com desconfiança e desgosto, os Estados Unidos pareciam estar ruindo; para os progressistas, que as defendiam, o preâmbulo da Declaração de Independência do país ainda não havia sido efetivamente posto em prática.<sup>2</sup> Surgia, assim, a chamada *New Left*.<sup>3</sup>

Esta “nova esquerda” não representava, contudo, uma ruptura imediata com o consensualismo historiográfico – ou, como chamou Ian Tyrrell (1986, p. 9), com a “historiografia liberal”. De certo modo, ela estava justamente enquadrada por este discurso consensualista. Suas propostas eram “expandir a democracia norte-americana”, realizar plenamente a Constituição e a Declaração de Independência e recuperar as possibilidades de radicalismo político inerentes à história dos Estados Unidos (neste caso, por exemplo, a Revolução de 1776 era vista como o primeiro passo de um radicalismo democrático mais tarde sufocado e apagado). Como afirma Tyrrell (1986, p. 124):

What is most striking about early radical history in retrospect is not its daring innovation, but its conformity with traditional topics and methods. (...). This meant locking horns with the liberals on their own ground of established historical debates derived mostly from the liberal problematic and national political issues. It meant accepting the conceptualization and periodization imposed by the liberals themselves.<sup>4</sup>

147

Neste caso, esta “nova esquerda” continuou escrevendo suas histórias dentro da antiga tradição objetivista e empiricista da historiografia norte-americana. Alguns radicais, como Jesse Lemisch, atacavam as interpretações anteriores justamente por sua “imparcialidade” e demandavam o aumento do escopo historiográfico nacional para a *incorporação* das narrativas radicais dentro da Grande Narrativa dos Estados Unidos. Apesar de algumas posições heterodoxas,

<sup>2</sup> “Nós consideramos estas verdades autoevidentes, que todos os homens nasceram livres e foram dotados por seu criador de certos direitos inalienáveis, entre eles a vida, a liberdade e a busca pela felicidade”.

<sup>3</sup> O termo “nova esquerda” foi criado para diferenciá-la da “velha esquerda” comunista e fiel ao Partido Comunista norte-americano. Segundo os novos esquerdistas, a antiga ortodoxia marxista não conseguia mais explicar os problemas que assolavam o país, principalmente por causa de sua recusa em considerar questões de gênero e raça tão ou mais importantes quanto a luta de classes. Do mesmo modo, eles acusavam os comunistas da velha guarda de manterem uma posição tibia quanto à Guerra do Vietnã e de manterem uma lealdade cega aos preceitos de Moscou, sem capacidade crítica em relação ao stalinismo, por exemplo. Ver WIENER, 1989, p. 399-434. Já segundo Richard Rorty (1999, p. 75-110), a gota d’água para esta esquerda foi a negação de assento aos “democratas livres” na convenção de 1964, dada sua plataforma extremamente anti-segregacionista e a necessidade de manter o “Sul profundo” (racista e xenófobo) sob domínio democrata, e a resolução do Golfo de Tonkin, no mesmo ano, que iniciou o conflito no Vietnã e foi apoiada por alguns esquerdistas da velha guarda. A partir deste momento, a nova esquerda rompeu definitivamente com seus antecessores políticos.

<sup>4</sup> “Em retrospecto, o que é mais chocante sobre a antiga história radical não é sua inovação, mas sua conformidade com tópicos e métodos tradicionais. (...). Isto significava brigar com os liberais em seu próprio terreno de debates históricos estabelecidos, derivados principalmente da problemática liberal e dos assuntos políticos nacionais. Isto significava a aceitação da conceitualização e periodização imposta pelos próprios liberais”.

ao menos aos olhos da academia estadunidense, a base do empreendimento da *New Left* era a mesma de seus opositores: a fé no caráter objetivo e científico do conhecimento histórico. Ademais, suas convicções menos “perigosas” podiam facilmente ser incorporadas pelo status quo, como a ideia de que a história deveria ser vista “de baixo pra cima”, por exemplo, naquilo que Novick (1988, p. 461) chamou de “*restrição através da incorporação parcial*”.

Sob este ponto de vista, esta chamada “Nova História Social”<sup>5</sup> deu vazão às demandas historiográficas dos grupos marginalizados: negros, latinos, imigrantes pobres e mulheres agora demandavam não só a escrita de novas histórias, mas se auto-atribuíam o direito *exclusivo* de fazê-lo. Não se tratava somente de rejeitar as antigas narrativas centradas nos “grandes homens brancos mortos”, mas a própria legitimidade dos antigos modelos acadêmicos de história. Deste modo, a década de 1970 foi profícua na elaboração de metodologias que tentavam escapar à “dominação” etnocêntrica na academia: a história oral, a etno-história, a adoção de aportes teóricos da crítica literária e do desconstrucionismo francês. De um modo ou de outro, estes grupos tentavam recuperar uma história “intocada” pela dominação narrativa dos grupos dominantes; as suas histórias deveriam servir aos seus próprios interesses morais e políticos (APPLEBY, HUNT & JACOB, 1994, p. 190-237).

Estas demandas criaram um profundo impasse dentro da profissão, na medida em que as afirmações de histórias “particularistas” iam de encontro às pretensões universalistas de boa parte da historiografia norte-americana, inclusive das da *New Left*. Antes considerada como um edifício, onde cada historiador assentava seu próprio tijolo, a história norte-americana agora parecia como um retrato fragmentado, sem possibilidade de ser unificado em torno de algum tema em comum (MEGILL, 2007, p. 159-164). Nas palavras de Novick (1988, p. 469), cada grupo era agora seu próprio historiador.

Para além de objetos particulares, os novos métodos e abordagens surgidos na década 1970, como a cliometria e as histórias culturais, por exemplo, provaram cada vez mais difíceis de serem reconciliados. Antes de serem empreendimentos levados a cabo por colegas, pareciam disciplinas em si mesmas, como colocou Megill (2007, p. 161), e contribuíram para que um pessimismo cada vez maior se assentasse entre os historiadores. Dito de outro modo, a super-especialização ensejou um processo de “fatiamento” do processo histórico em versões díspares e praticamente impossíveis de serem sintetizadas.

---

<sup>5</sup> O termo “Nova História Social” surgiu ainda na década de 1960 e foi utilizado para diferenciar entre os trabalhos desta nova historiografia e a chamada “História Social” dos anos 1920 e 1930, principalmente. Esta última, em geral, estava sob a sombra da chamada História Progressista e preocupava-se com mudanças sociais de curta duração e com os chamados “costumes” da sociedade norte-americana. Se em seus melhores momentos ela antecipou alguns dos temas e objetos mais tarde tratados pela Nova História Social, em seus piores ele evitou questões relacionadas à conflitos de poder, principalmente os de classe, e construiu uma “história com a política deixada de lado” (*history with the politics left out*), para usar a expressão de Peter Novick (1988, p. 178-180). De qualquer modo, muitos dos jovens historiadores ligados à Nova História Social não reconheciam esta ligação com seus antecessores por motivos políticos mais profundos, daí a insistência em sua novidade.

A história parecia, realmente, estar em migalhas.<sup>6</sup>

Chegamos, portanto, ao temível espectro da “fragmentação” da disciplina. Se até os anos 1960 ela era entendida como ocorrendo somente no nível institucional, com o surgimento de campos diversos, a partir da década de 1970 ela passou a ser vista como a eventual desintegração da profissão. Como bem apontou Ian Tyrrell (2000, p. 374-375), nesta conjuntura de “superespecialização”, aumentou-se o número de exortações por “sínteses” que pudessem unificar a aparentemente despedaçada história nacional, isto é, trabalhos que conseguissem sumarizar os novos desenvolvimentos historiográficos estadunidenses. Um número cada vez maior de historiadores começou a ponderar sobre os rumos da profissão e a necessidade de se retomar a preocupação com histórias que pudessem falar ao grande público e que escapassem à armadilha da “super-especialização”.

### **O “passado obliterado”**

Não tardou para que estes temores sobre o futuro da historiografia norte-americana chegassem às mais altas instâncias profissionais. Se nos anos 1970, ainda restava uma certa esperança, ainda que tibia, sobre o caráter unitário da disciplina, no começo da década seguinte, ela erodiu consideravelmente. Em 1982, em seu discurso de despedida como presidente da *American Historical Association* (AHA), Bernard Baylin, respeitado professor de História Colonial em Harvard, expôs para seus pares o “desafio da historiografia moderna”. Segundo ele, a superprodução historiográfica “havia obliterado o conhecimento sobre o passado”, impedindo sua iluminação pelos historiadores. O que restava era apenas uma “massa amorfa” de informações sobre o passado, impossível de ser condensada em uma única interpretação coerente (BAYLIN, 1982, p. 4).

O problema principal para Baylin (1982, p. 5-6) era, contudo, a substituição das antigas narrativas generalistas por abordagens “técnicas” dos objetos. Os avanços metodológicos e as novas e sofisticadas técnicas de pesquisa, por mais necessários que fossem, haviam sido fetichizados pelos historiadores e, em consequência disto, as antigas narrativas que davam significado aos acontecimentos haviam sido minadas e desacreditadas. Para a tristeza do historiador, nenhuma nova grande estrutura narrativa havia surgido para unificar esta historiografia “técnica” em torno de um eixo comum (BAYLIN, 1982, p. 7).

A possível solução encontrada por Baylin (1982, p. 7-9) não era o abandono destes “trabalhos analíticos”, mas a manutenção de uma perspectiva sintética por parte dos historiadores, através de trabalhos que, em suas próprias palavras, “*explain some significant part of the story of how the present world come to be the way it is*”.<sup>7</sup> Só assim a disciplina poderia manter sua coerência interna, afastando o fantasma da fragmentação.

No ano seguinte, o sucessor de Baylin, Philip Curtin, continuou com as lamentações sobre o declínio de uma profissão “unificada” em direção a um estado

---

<sup>6</sup> A expressão “história em migalhas” é do francês François Dosse (1992).

<sup>7</sup> “Explicar uma parte significativa da história de como o mundo atual tornou-se o que é”.

fracionado. Para Curtin, entretanto, o problema não era somente historiográfico: era político. A superespecialização afastava os historiadores do grande público e, com isso, seu poder de influenciar a sociedade de um modo mais geral diminuía consideravelmente. A falta de “profundidade, escopo e relevância” (título de seu discurso) nos novos trabalhos ameaçava profundamente o papel da história como “consciência moral” e “guia” dos Estados Unidos, na medida em que afastava os historiadores das grandes discussões políticas de seu tempo (CURTIN, 1984, p. 4). Neste caso, o problema da superespecialização era “deplorável” e “desprezível”, para usar os termos de Curtin (1984, p. 5) porque diminuía a importância da história diante de outras disciplinas supostamente com mais coerência interna. A saída para este impasse era bastante ambiciosa: a produção de novas sínteses históricas dedicadas a temas “mundiais” ou “continentais” que pudessem ter eco entre o público leigo.

Em 1987, foi a vez de outro presidente da AHA, Carl Degler, analisar o quadro de fragmentação historiográfica que já era, segundo Novick (1988, p. 543), bastante acentuado. Se por um lado, de acordo com Degler (1987, p. 2), a explosão historiográfica das décadas de 1970 e 1980 gerou uma quantidade fantástica de trabalhos que traziam à tona as histórias de grupos marginalizados até então, por outro, gerou dúvidas profundas sobre a maneira como estes mesmos grupos poderiam ser coerentemente enquadrados à história nacional. Novamente, o que restava era uma história “incoerente”, incapaz de ser contada satisfatoriamente à audiência leiga. Era preciso, assim, resgatar uma ideia de unidade à história nacional, representada para Degler (1987, p. 4) na questão “quem são os norte-americanos?”. Esta indagação fornecia um norte relativamente adequado para a convergência das histórias dissonantes contadas pelos historiadores “superespecializados”.

A proposta de Degler, segundo ele próprio (1987, p. 8), não deveria ser confundida com um simples retorno a uma história consensualista, já que, para ele, a própria falta de consenso, representada pelos acontecimentos da década de 1960, apontava para as limitações desta historiografia. A intenção era outra: “mundializar” a história dos Estados Unidos, através de abordagens comparativas que pudessem iluminar quem, de fato, eram seus habitantes. Por fim, de acordo com Degler (1987, p. 12), esta estrutura narrativa poderia:

Encompass and integrate the new knowledge garnered from the explosion of research in the last two decades. This pursuit will gain for us a history that is distinctively American, not simply because it happened to us, but because it did not happen to others.<sup>8</sup>

Esta solução “norte-americana” para o problema da fragmentação aparece de forma ainda mais proeminente em um artigo de Thomas Bender, de 1986. Publicado no prestigioso *Journal of American History* (JAH) e intitulado “O todo

---

<sup>8</sup> “Abarcar e integrar o novo conhecimento que emergiu da explosão de pesquisa nas duas últimas décadas. Esta busca vai nos dar uma história que é distintivamente norte-americana, não simplesmente porque ela aconteceu conosco, mas porque ela não aconteceu a outros”.

e as partes" (*"Whole and Parts"*), o texto era uma tentativa de encontrar um meio-termo capaz de unificar as histórias aparentemente divergentes então produzidas pelos historiadores profissionais. Para Bender (1986, p. 126), elas poderiam ser sintetizadas através do recurso ao que ele chamou de "cultura pública", isto é, "a wide range of power in society, from the institutional power of the state through the more subtle power to assign meaning and significance to various cultural phenomena".<sup>9</sup> Isto, segundo ele, poderia fazer com que os discursos "intensamente paroquiais" e "quase herméticos" das novas histórias pudessem convergir em direção a um tema comum (BENDER, 1986, p. 126).

O cerne do argumento de Bender é o papel que a profissão deve desempenhar na vida cívica dos norte-americanos. Até a década de 1960, as narrativas históricas produzidas na academia tinham um sentido claramente definido, fosse a ideia progressista dos anos 1910 e 1920<sup>10</sup> ou o consensualismo do pós-guerra. A emergência da Nova História Social e seus "discursos particularistas", apesar de todos seus avanços em relação às historiografias anteriores, tornou impossível falar em um sentido claro para a história dos Estados Unidos; o que havia agora eram *sentidos*, muitas vezes conflitantes e irreconciliáveis (BENDER, 1986, p. 124-126). A intenção de Bender não era necessariamente retornar ao que ele chamou de "eras mais simples" (BENDER, 1986, p. 127), mas tentar, através do conceito de "cultura pública", encontrar uma maneira de tornar estas novas histórias "utilizáveis" pelos cidadãos do país, reconhecendo a diversidade inerente à nação e a luta, muitas vezes inglória, para se assegurar aos "esquecidos" um papel legítimo em sua história. Em suas próprias palavras:

Rather than condemning specialization, my aim is to suggest a reorientation in its conceptualization in the interest of a relational understanding of the parts. It is by understanding parts in their relation to other parts, as opposed to conferring upon them, whether by intention or inadvertence, a false autonomy, that history becomes whole, a synthetic narrative.<sup>11</sup>

A síntese almejada por Bender, assim, não passava por uma rejeição do processo, já irreversível, de ampla especialização que perpassava a disciplina. Reconhecendo a importância da Nova História Social, ele, contudo, buscava fazer com que a profissão pudesse recuperar seu papel dentro da cultura pública norte-americana, oferecendo interpretações do passado capazes de serem consumidas pelo público e de informar mudanças políticas e sociais mais amplas (BENDER, 1986, p. 136).

<sup>9</sup> "Um amplo escopo de poder na sociedade, desde o poder institucional do Estado até o poder mais sutil de designar sentido e significado a vários fenômenos culturais".

<sup>10</sup> A História Progressista foi um movimento historiográfico das décadas de 1910 e 1920, do qual fizeram parte, entre outros, nomes como Frederick Jackson Turner, Vernon Parrington, James Harvey Robinson e Charles Beard. Suas metas eram estudar as bases econômicas e sociais dos Estados Unidos, com o intuito de encontrar soluções para os problemas peculiares ao seu próprio tempo. Ver BREISACH, 1982.

<sup>11</sup> "Ao invés de condenar à especialização, minha meta é sugerir uma reorientação em sua conceitualização no interesse de uma compreensão relacional das partes. É através da compreensão das partes em relação com outras partes, em oposição a conferir a elas, seja intencional ou inadvertidamente, uma falsa autonomia, que a história se torna inteira, uma narrativa sintética".

Se Bender, Baylin e Dengler não rejeitavam as novas histórias, houve, no entanto, quem o fizesse explicitamente. Destes, a mais destacada foi, sem dúvida, a historiadora Gertrude Himmelfarb, especialista em história da Inglaterra vitoriana. Em um artigo escrito para o *American Historical Review* (AHR), em 1989, Himmelfarb atacou a fragmentação da disciplina pela direita, isto é, por uma perspectiva assumidamente conservadora em termos políticos e teórico-metodológicos. Para ela, as novas histórias retiraram o foco daquilo que era a "história legítima", o âmbito do político. Ao esmiuçarem a vida das pessoas comuns e ao tentarem desvelar as grandes estruturas por trás dos acontecimentos, estes pesquisadores "esvaziaram" a disciplina de seu conteúdo e legaram um retrato "distorcido" do passado. A Revolução Americana, segundo ela o evento mais significativo da história moderna, por exemplo, perdia seu significado histórico, e conseqüentemente político, nas novas histórias; os grandes feitos de grandes homens deixavam, assim, de ter qualquer impacto sobre o presente (HIMMELFARB, 1989, p. 662-663).

O âmago da crítica de Himmelfarb era direcionado às histórias dos grupos marginalizados. Ela, aparentemente, não questionava a legitimidade intelectual destes trabalhos; seu ataque estava reservado às conseqüências políticas destes textos, na medida em que eles apresentavam uma versão problemática do passado norte-americano, sem coerência ou sentido. Sua demanda por um "papel privilegiado" na história nacional a ameaçava de modo perigoso:

It is difficult to see how the subjects of this new history can be accommodated within any single framework, let alone a political and national one. (...). But how can all these groups, each cherishing its own uniqueness and demanding sovereign attention, be mainstreamed into a single, coherent story? (HIMMELFARB, 1989, p. 664).<sup>12</sup>

152

Se esses grupos de fato demandavam "atenção exclusiva" é uma outra questão, ainda que a possível resposta seja "não". O que parece certo, contudo, é a lamentação de Himmelfarb pelo passamento de uma história política, centrada nos vultos importantes da nação e seus feitos, e capaz de informar, segundo ela própria, uma "identidade nacional baseada nos valores da Revolução Americana" (HIMMELFARB, 1989, p. 665). Sendo assim, qualquer história que fosse de encontro a esta função, mais política do que historiográfica, era uma ameaça ao passado nacional, refletida de forma mais acentuada na diversidade e na incompatibilidade das histórias contadas pelos historiadores sociais da década de 1980. Como ela colocou ironicamente:

What is being deprivileged is not only history as traditionally understood, but the past as contemporaries knew it. Contemporaries might have thought that their history was being shaped by kings and statesmen, politics and diplomacy, constitutions and law. New historians know better" (HIMMELFARB, 1989, p. 668).<sup>13</sup>

<sup>12</sup> "É difícil ver como os sujeitos dessa nova história podem ser acomodados em qualquer estrutura única, quanto mais uma política e nacional. (...). Mas como podem todos esses grupos, dada um aventando sua própria unicidade e demandando atenção exclusiva, serem integrados à uma única, coerente história".

<sup>13</sup> "O que está sendo desprivilegiado não é somente a história como tradicionalmente entendida, mas o



A nova história, portanto, retirou o foco da ação dos grandes indivíduos e, para piorar, questionou o entendimento que os contemporâneos tinham do passado, ou, como é mais provável, o entendimento de Himmelfarb sobre estas pessoas e seus pensamentos. Era preciso, assim, resgatar a velha história política nacional (e nacionalista, alguém poderia dizer) como a única fonte de transmissão de conhecimento histórico, não fragmentada e coerente. Mas, para isso, era imperativo que a nova história fosse abandonada.

Himmelfarb não estava sozinha em seus lamentos pelo passamento da história tradicional. No mesmo número do AHR, Theodore Hamerow (1989, p. 654), professor da Universidade do Wisconsin, lastimou a "burocratização da história" causada pela profissionalização excessiva. O resultado foi, previsivelmente, a fragmentação do conhecimento histórico em um grande número de áreas que pouco ou nada dialogavam entre si, e cada vez mais especializadas em assuntos que, supõe-se pelo tom do artigo, Hamerow (1989, p. 656) considerava irrelevantes para o grande público. O divórcio entre aquilo que ele chamou de o "mundo real" e a "academia" foi a consequência natural deste lamentável processo (HAMEROW, 1989, p. 658). O velho "épico nacional", a história de treze colônias periféricas transformadas em uma potência mundial, foi abandonado em prol de histórias obtusas e interessantes somente aos *insiders*. A função vital da história, a edificação e a iluminação comunal, perdeu-se nos meandros desta burocratização (HAMEROW, 1989, p. 659). A solução para esse problema era, para Hamerow (1989, p. 560), "*drawing closer to public interests and concerns, historians can still enrich not only the discipline of which they are students, but the society of which they are members*".<sup>14</sup>

### A "desunião da América"

Estes foram apenas alguns dos exemplos possíveis de serem encontrados. Ainda assim, acredito que eles refletem bem o mal-estar da profissão norte-americana com seus destinos. Se, como expôs Ian Tyrrell (2000, p. 378-380), as reclamações sobre a fragmentação da disciplina remontavam, pelo menos, à década de 1930, por que, então, elas tomaram tal proporção nos anos 1980? Ainda, o que estava por trás destes lamentos, isto é, qual tipo de visão da disciplina informava tais jeremiadas?<sup>15</sup>

---

passado como contemporâneos o entenderam. Eles podiam pensar que sua história estava sendo moldada por reis e estadistas, política e diplomacia, constituições e direito. Os novos historiadores sabem mais".

<sup>14</sup> "Ao aproximarem-se dos interesses e preocupações públicas, historiadores ainda podem enriquecer não somente a disciplina da qual são estudantes, mas a sociedade da qual são membros".

<sup>15</sup> "Jeremiada" é uma figura de retórica tipicamente norte-americana e que remonta aos puritanos do século XVII e XVIII. Ela é caracterizada principalmente pela narração da degradação moral de uma sociedade e pelo aviso constante da ruína que a espera, caso não se retornasse a um estado de virtude. Tendo tomado seu nome do Livro de Jeremias, do Antigo Testamento bíblico, a jeremiada tornou-se um *topos* recorrente na cultura estadunidense, tendo vindo a designar toda a sorte de textos que lamentavam o estado das coisas do país e que profetizavam sua destruição eminente, independente de serem escritos religiosos *per se* (o abolicionista Frederik Douglass, por exemplo, utilizou esta figura de retórica para condenar a corrupção moral causada pela escravidão e prognosticar a ruína da nação, se a servidão não fosse imediatamente abolida). Atualmente, este termo é comumente usado de modo derogatório, com o intuito de criticar o tom excessivamente pessimista de um dado texto. Este parece ser o uso de Tyrrell (2000) e é deste modo que o usarei daqui em diante. Sobre o surgimento e diversos usos da jeremiada, ver BERCOVITCH, 1978.

Em primeiro lugar, é preciso afirmar que nem todos os historiadores entendiam o processo de fragmentação como inerentemente negativo. Alguns, inclusive, o celebraram. Outros o viam como uma consequência natural da profissionalização, sem, contudo, emitir qualquer juízo de valor, pelo menos explicitamente, sobre ela (MEGILL, 2007, p. 160-161). Ainda assim, em geral prevaleceu um consenso de que esse era o status quo da historiografia norte-americana na década de 1980.

Esta questão parece estar relacionada com a própria dissolução de uma ideia de uma história cumulativa, orientada pela noção de que seria possível uma síntese entre trabalhos aparentemente díspares. Neste caso, o diagnóstico do estado fragmentário da disciplina norte-americana era resultado do reconhecimento de que a ampla especialização profissional e o surgimento de objetos e temas sem umnexo comum impediam o surgimento desta síntese elusiva (MEGILL, 2007, p. 159-164).

Como colocou brilhantemente Allan Megill (2007, p. 162), desde sua inepção como disciplina, a história, nos Estados Unidos, foi movida por diferentes atitudes em relação ao chamado "projeto de uma Grande Narrativa". Na fase inicial da profissionalização, a visão dominante era a de que existia uma Grande Narrativa, uma história universal comum a todos os homens, que, entretanto, só poderia ser contada no futuro, quando todas as peças do quebra-cabeça histórico estivessem em seu devido lugar. Desta forma, como também aduziu Dorothy Ross (1995, p. 651-652), cada pesquisa, implícita ou explicitamente, estava orientada por esta ideia, não importa o quão pouco articulada ou vaga fosse ela.<sup>16</sup>

Em um segundo momento, localizado por Megill (2007, p. 163) no período entre-guerras, a contínua especialização levou os historiadores norte-americanos a se distanciarem da ideia de uma Grande Narrativa capaz de ser contada em um futuro próximo. No entanto, permaneceu a crença em uma história universal, mas, segundo Megill (2007, p. 163), mais como uma narrativa ideal, uma história que não poderia ser realmente contada. A manutenção de termos como "síntese" e "autonomia" serviu, neste contexto, para garantir certa unidade retórica à profissão, já que, na prática, qualquer síntese ganharia aprovação de apenas uma pequena parcela da profissão. Segundo Megill (2007, p. 168), "*it manifests itself in the commitment of historians to the autonomy of their discipline, a commitment that purports to maintain the discipline's purity and coherence in the absence of any single story to which it converges*".<sup>17</sup>

Este compromisso refletiu-se na adoção daquilo que Novick (1988, p. 1-2) chamou de "ideal objetivista", aonde os fatos históricos são vistos como anteriores

<sup>16</sup> Um indício desta atitude está presente em um texto publicado em 1903 na AHR. Nele, Fred Morrow Fling (1903, p. 1-23) defendeu a "ciência histórica" através do argumento de que, num futuro próximo, as diversas peças do quebra-cabeças histórico poderiam ser reunidas em uma única síntese histórica, capaz de dar sentido a fatos entendidos como divergentes.

<sup>17</sup> "Se manifesta no compromisso dos historiadores para com a autonomia de sua disciplina, um compromisso que se propõe a manter a pureza e a coerência da disciplina na ausência de uma única história para qual ela converge".

e independentes às suas interpretações e o valor destas é julgado de acordo com sua conformidade a estes fatos. Quaisquer padrões que possam existir no passado, eles são “encontrados” pelos historiadores. Como escreveu Novick (1988, p. 2), “*though successive generations might attribute different significance to events in the past, the meaning of these events was unchanging*”.<sup>18</sup> Deste modo, durante os anos 1950 e 1960, mesmo que a pretensão de uma Grande Narrativa a ser contada no futuro tivesse sido abandonada, esta noção servia para unificar, ainda que de forma tibia, os historiadores em torno de alguns ideais comuns, que serviam para avaliar suas pretensões a serem membros de uma disciplina científica:

History as an academic discipline presents us with a community of historians in which all historians cooperate in one common enterprise and where each historian does his or her bit in building the cathedral of our knowledge of the past. (...). In this way, the notion of an objective past as a unity in itself had its counterpart, on the side of the object, in the notion of a quasi-collective knowing subject that is embodied in the discipline as a whole (ANKERSMIT, 2001, p. 151).

O que ocorreu, nos Estados Unidos, após o surgimento da Nova História Social foi um reconhecimento cada vez maior de que a profissão não estava tão unida quanto parecia. Isto, aliado a crescente superprodução historiográfica que agora era a regra<sup>19</sup>, engendrou um sentimento, cada vez mais comum nos anos 1980, de que o passado era uma massa amorfa na qual cada historiador podia cavar seu pequeno buraco sem nunca encontrar seus colegas e sem saber como os frutos de seus trabalhos individuais podem ser relacionados com a “história como um todo” (ANKERSMIT, 2001, p. 152). Assim, se compreende melhor as preocupações de Baylin e Dengler, presidentes da AHA que falavam em nome da profissão, sobre a aparente “desunião” dos historiadores. A fragmentação, a ideia aparentemente desesperadora de um passado amorfo, enfraquecia as reivindicações à autonomia científica da história enquanto disciplina. Se os historiadores não conseguiam concordar sobre seu próprio *métier*, como esperar que a sociedade pudesse confiar em suas palavras?

Aqui, portanto, os chamados por síntese adquirem menos uma perspectiva historiográfica do que política. Em outras palavras, as tentativas de reagrupar os historiadores norte-americanos em torno de determinados temas comuns tinham por meta recuperar a autoridade intelectual de uma disciplina que parecia tê-laperdido. Como percebeu uma importante historiadora social, Joyce Appleby (2007, p. 133-151), na década de 1980, o grande público alienou-se da historiografia profissional (embora tenha continuado a consumir história, sob a forma de livros de amadores ou programas de televisão), em parte por causa de

---

<sup>18</sup> “Ainda que sucessivas gerações de historiadores possam atribuir diferentes significados a eventos no passado, o sentido destes eventos permanecia imutável”.

<sup>19</sup> Em uma entrevista recente, Tyrrel (2006) considera as crescentes demandas por publicação e o aumento substancial no número de doutores nos Estados Unidos, sem que o mercado profissional tenha crescido de modo similar, com uma das causas da superprodução historiográfica. Segundo ele, tal fenômeno é irreversível, ao menos sob tal formato profissional.

seus próprios problemas internos e suas "crises de consciência", que levou os leigos a buscar suas respostas em outras searas.

Este temor político também estava relacionado intimamente à crítica que alguns historiadores fizeram às novas histórias, principalmente no que entendiam como sendo a fragmentação não só da disciplina, mas da própria história nacional. Arthur Schlesinger, Jr., um dos decanos do consensualismo e professor de Harvard, publicou em 1991 um verdadeiro ataque político às novas histórias, acusando-as de estarem contribuindo para a "desunião da América". Preocupado com o futuro da nação diante da ameaça representada por estes "estudos particularistas", Schlesinger (1991, p. 43) escreveu que: *"the ethnic upsurge began as a gesture of protest against Anglocentric culture. It became a cult, and today it threatens to become a counter-revolution against the original theory of America as 'one people', a common culture, a single nation"*.<sup>20</sup>

Para Schlesinger (1991, p. 118), portanto, a fragmentação da disciplina histórica era apenas o sintoma de um problema maior e ainda mais pernicioso: a "balcanização" da nação e a conseqüente desintegração da comunidade nacional. Ainda que a diatribe de Schlesinger estivesse endereçada às Humanidades como um todo, sua investida era ainda mais aguda no que concernia à história. Para ele, os historiadores das décadas de 1970 e 1980 abandonaram a meta de narrar a transformação dos Estados Unidos numa "verdadeira" nação a partir da diversidade de grupos existentes em seu seio. Em seu lugar, emergiram narrativas que insistiam na separação entre estes grupos, onde cada um exigia um "lugar especial" na história nacional, resultando, assim, em um caos de histórias divergentes e praticamente impossíveis de serem reunidas em uma única síntese: *"if we now repudiate the quite marvelous inheritance that history bestows on us, we invite fragmentation of the national community into a quarrelsome splatter of enclaves, ghettos, tribes"* (SCHLESINGER, 1991, p. 137-138).<sup>21</sup> Em resumo, era preciso retornar à era "pré-fragmentação" do consensualismo e resgatar a história norte-americana de um estado que, em última instância, ameaçava a própria existência do país.

O livro de Schlesinger foi recebido com críticas pela comunidade acadêmica (SCHRECKER, 1993), mas seu chamado a um retorno a uma história "consensual", contudo, ecoou nos altos postos profissionais, o que indica a extensão do temor de uma parcela da profissão diante do espectro da fragmentação. Em seu discurso presidencial na AHA, William Leuchtenburg (1991, p. 1-18) defendeu a "despoliticização" da disciplina e um retorno desta à "arena pública", principalmente em assuntos que concerniam à "identidade nacional" dos Estados Unidos. Embora fique implícito em seu texto, o foco das críticas de

<sup>20</sup> "A rebelião étnica começou como um gesto de protesto contra a cultura anglocêntrica. Ela transformou-se em um culto, e hoje ela ameaça tornar-se uma contra-revolução contra a teoria original da América como 'um povo', uma cultura comum, uma só nação".

<sup>21</sup> "Se agora repudiarmos o maravilhoso legado que a história nos conferiu, nós convidamos fragmentação da comunidade nacional em direção a um conflituoso conjunto de enclaves, getos, tribos".

Leuchtenberg, um historiador de esquerda, era o mesmo de Schlesinger: as “histórias particularistas”, o distanciamento destas de uma narrativa nacional e a consequente perda de prestígio da disciplina.

Mesmo historiadores críticos da verborragia nacionalista de Schlesinger, defenderam a união destes fragmentos em torno de uma narrativa nacional, ainda que em termos diferentes. Recuperando a ideia de síntese presente em Bender, por exemplo, Joyce Appleby, Lynn Hunt e Margaret Jacob (1994, p. 292-294), enfatizaram a necessidade de se reunir estes fragmentos em uma única história, sob o argumento de que eles só teriam sentido caso fossem estudados em sua relação com o todo, isto é, a nação. Segundo elas:

A comprehensive national history is not now an educational option for the country; it is a cultural imperative. Fragments – whether of research findings or of tangential groups – do not exist independent of the whole that makes them fragments. The full story of the American past can make that evident (APPLEBY, HUNT & JACOB, 1994, p. 295).<sup>22</sup>

Como a citação acima deixa evidente, a suposição de que uma Grande Narrativa poderia ser contada num futuro (próximo?) continuava alimentando as utopias de uma parcela considerável da profissão. As três historiadoras citadas acima estavam profundamente ligadas ao surgimento e consolidação da Nova História Social, mas, ainda assim, pareciam entendê-la como mais um passo em direção a uma mais completa compreensão da história nacional, como uma *evolução*, mas não uma *oposição*, em relação às narrativas anteriores. O problema da fragmentação estava, para elas, relacionado menos com uma condição intrínseca da atividade historiográfica do que à simplicidade das histórias consensualistas e nacionalistas. Superar esta simplicidade era, assim, criar uma nova Grande Narrativa nacional mais complexa (APPLEBY, HUNT, JACOB, 1994, p. 294).

O poder retórico da “síntese” era tanto que mesmo historiadores de áreas que contribuiriam sensivelmente para sua dissolução ainda pagavam tributo a esta noção, como demonstrou Megill (2007, p. 160), no caso da historiografia de gênero e suas reclamações sobre uma “integração inadequada” com o resto da disciplina. A ideia de uma “integração inadequada”, contudo, só poderia vir à tona se ancorada, ainda que de modo subreptício, por outra: a de que, independente de quão “despedaçada” a disciplina pudesse estar, ela poderia tornar-se “una” novamente. Isto é um indício de o quão arraigada no discurso profissional estava a ideia de síntese.

### **Um novo começo?**

Apesar destes apelos, a situação não mudou muito nos anos 1990 e 2000. Os debates sobre a “virada linguística”, por exemplo, apenas contribuiram

---

<sup>22</sup> “Uma história nacional compreensiva não é somente uma opção educacional para o país; é um imperativo cultural. Fragmentos – sejam de resultados de pesquisa ou de grupos tangenciais – não existem independente do todo que os fazem fragmentos. A história completa do passado norte-americano pode tornar isto evidente”.

para dividir ainda mais a disciplina, como demonstrou José Vasconcelos (2005). Neste caso, a “dissolução” do conhecimento histórico, supostamente proposta pelos autores considerados “pós-modernistas”,<sup>23</sup> adquiriu contornos de uma ameaça ainda mais grave do que a fragmentação disciplinar e causou a improvável união entre “velhos” historiadores, como Himmelfarb, e “novos”, como Appleby, em defesa da disciplina diante destes “inimigos” (VASCONCELOS, 2005, p. 49-61). Não faltou, contudo, quem agora imputasse ao “pós-modernismo” a responsabilidade pela crise da disciplina, mudando o foco das críticas da Nova História Social ao *linguistic turn* e sua ênfase no caráter lingüístico e ficcional de qualquer texto historiográfico (KLEINBERG, 2007).

Se o temível bicho-papão do “pós-modernismo” certamente perdeu seu *momentum* ainda na década de 1990, a busca de um sentido maior para a história continuou a atormentar os historiadores norte-americanos, ainda que tal procura já parecesse fútil. Patricia Limerick, eminente especialista sobre a história do Oeste estadunidense, sonhou, por exemplo, com uma “história útil em um mundo inteligível”, como demonstra o título de um artigo seu publicado no AHR em 1995 (LIMERICK, 1995, p. 697-716). Reafirmando a necessidade de síntese, Limerick (1995, p. 714-716), contudo, reconhecia que a fragmentação disciplinar havia atingido níveis praticamente insuperáveis e, repetindo admoestações já feitas anteriormente, que a única maneira de superá-la minimamente era recuperando a influência da profissão na esfera pública. Em outro momento, Limerick inclusive elogiou os fins das Grandes Narrativas, argumentando em prol de várias narrativas “multiculturais” para os Estados Unidos: a realidade de um país tão diverso só poderia ser representada através de uma multiplicidade de pontos de vista, sem submetê-los a nenhum grande modelo organizativo. Aliás, para Limerick, tal tentativa era a arma de políticos e historiadores politicamente conservadores, obcecados em simplificar o passado norte-americano em prol de suas causas (LIMERICK, 1997, p. 449-469).

Outro indício de que a elusiva síntese não passava disto está nos próprios discursos presidenciais da AHA durante este período: entre 1994 e 2004, *nenhum* deles advogou qualquer espécie de necessidade de sintetizar os diversos ramos do conhecimento histórico em alguma Grande Narrativa.<sup>24</sup> De modo sintomático, em 2009, Gabrielle Spiegel, penúltima presidente da AHA e professora de História Medieval na Universidade Johns Hopkins, considerou que não existia possibilidade alguma de retorno ao *status quo ante* de uma história unificada em torno de alguns temas comuns; o que existia agora eram narrativas fragmentadas sobre o passado e que a função do historiador era apenas torná-las inteligíveis. Isto não significava o abandono de certos cânones profissionais, como fidelidade às

<sup>23</sup> A questão do “pós-modernismo”, complexa em si mesma, escapa em muito às pretensões deste artigo. Vale, contudo, mencionar que, no começo dos anos 1990, palavras como “pós-modernismo” e “desconstrução” eram usadas como rótulos derogatórios, principalmente pelos historiadores mais conservadores, sem muitas preocupações lógicas ou teóricas. Em outras palavras, eram instrumentos de deslegitimação do oponente, visto como não fazendo parte da guilda. Ver KLEINBERG, 2007.

<sup>24</sup> Para a lista de textos e sua reprodução completa, ver o sítio eletrônico da AHA em [www.historians.org](http://www.historians.org) (último acesso em 22.10.2009).

fontes e compromisso com um relato verdadeiro, apenas o reconhecimento de que a tão sonhada síntese jamais seria concretizada.

De fato, alguns dados levantados por Robert Townsend em 2007 confirmam a divisão da disciplina em diversas áreas, em um grau bastante acentuado. Embora cerca de 40% dos professores listados nos programas de pós-graduação do país especificassem sua área de atuação como “história social”, é tangível o crescimento da história das mulheres e de outros grupos étnicos e sociais a partir da década de 1980. Enquanto áreas consideradas tradicionais, como a história intelectual e a cultural, tiveram uma queda acentuada no número de praticantes (entre 10% e 15%, respectivamente), campos como os *gender studies* e os *African-American studies* quase dobraram seu espaço institucional, se comparado ao começo dos anos 1980. Ainda assim, seus especialistas não chegam a significar 20% do número de professores, demonstrando o quão exagerados eram os diagnósticos de Arthur Schlesinger sobre sua influência na disciplina como um todo (TOWNSEND, 2007). Juntas, as áreas tradicionais (história social, história política e intelectual) continuam tendo mais de 60% dos professores dos cursos de pós-graduação nos Estados Unidos. Em outras palavras, se a fragmentação é certamente uma realidade, ela não é tão apocalíptica quanto acreditavam alguns.

Se considerarmos esta breve evolução do problema da “fragmentação” nas três últimas décadas, podemos concluir que o que ocorreu foi menos uma crise do conhecimento histórico e mais uma reorganização da disciplina em termos diferentes. Em outras palavras, não foi a capacidade dos historiadores em conhecer o passado que foi atacada, mas um modelo disciplinar que privilegiava uma ideia de história una e cumulativa, fundamentada na deferência profissional à noção de “síntese” e a demonização do próprio termo “fragmentação” como algo pernicioso e ameaçador à ordem historiográfica – o que demonstra, aliás, o profundo âmbito político deste ideário.

159

### **Conclusão**

Deste modo, é possível retirar deste debate algumas conclusões mais gerais sobre a questão da fragmentação, ao menos nos Estados Unidos. Em primeiro lugar, não existe, de acordo com Megill (2007, p. 161), nenhuma razão adequada para acreditarmos que todos os fenômenos históricos significativos possam ser acomodados em uma síntese qualquer; tal desejo é apenas uma quimera fútil e perigosa, na medida em que tolhe o surgimento de novos tipos de escrita sobre o passado e cria perspectivas totalizantes e não-democráticas.

Em segundo lugar, a insistência em se encontrar uma Grande Narrativa é, em última instância, a tentativa de se impor uma determinada história como sendo mais legítima que outras. Neste caso, cabe-se perguntar quem avaliaria este grau de legitimidade e com que critérios ele poderia ser julgado. Sabendo da importância política da disciplina como instrumento magisterial, para usar os termos de Michel de Certeau (2002, p. 95), é preferível o “infindável mar de histórias” de nosso tempo (CRONON, 1992, p. 1452), capaz de dar conta de uma

multiplicidade de experiências passadas, do que alguns poucos caminhos para a exploração do passado. É possível argumentar ainda, junto com Karl Jacoby (2008, p. 7), que isto não é somente preferível, isto é imperativo:

While such an arrangement demands more of the historian, who must now portray the competing perspectives of several different groups, it demands more of readers as well. Instead of being borne along on the current of a single narrative, they are asked to grapple with an array of different interpretations. In short, they are being invited to become active participants in the most common of human endeavors; finding meaning in our elusive past.<sup>25</sup>

Por fim, a fragmentação não é nada temível, já que, ilusões à parte, ela constitui a própria base de nosso empreendimento profissional. Pretender uma história unificada, ou “total”, é deste modo, atentar contra a diversidade de histórias que sustentam a disciplina e fechar a possibilidade do surgimento de novos e mais desafiadores modos de se escrever sobre o passado. O melhor que temos a fazer, sob este ângulo, é deixar o fantasma sentar à nossa mesa.

### **Bibliografia:**

- ANKERSMIT, Frank R. **Historical Representation**. Stanford: Stanford University Press, 2001.
- APPLEBY, Joyce. **A Restless Past: history and the American public**. New York: Rowman & Littlefield, 2007.
- APPLEBY, Joyce; HUNT, Lynn & JACOB, Margaret. **Telling the Truth about History**. New York: W. W. Norton, 1994.
- BAILYN, Bernard. The Challenge of Modern Historiography. In: **The American Historical Review**, vol. 87, n. 1. February, 1982. p.1-24.
- BERCOVITCH, Sacvan. **The American Jeremiad**. Madison: The University of Wisconsin Press, 1978.
- BENDER, Thomas. Wholes and Parts: the need of synthesis in American history. In: **The Journal of American History**, vol. 73, n. 1. February, 1986. p.123-130.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CRONON, William. A Place for Stories: history, nature and narrative. In: **The Journal of American History**. vol. 79, n. 1. March 1992, p. 1347-1374.

<sup>25</sup> “Enquanto que tal arranjo demanda mais do historiador, que agora deve retratar as perspectivas conflituosas de diversos grupos diferentes, ela também demanda mais dos leitores. Ao invés de serem levados pela corrente de uma única narrativa, eles estão livres para lidar com um conjunto de diferentes interpretações. Em resumo, eles são convidados a tornarem-se participantes ativos naquela atividade humana mais comum: encontrar sentido em nossos passados elusivos”.



- CURTIN, Philip N. Depth, Span and Relevance. In: **The American Historical Review**, vol. 89, n. 1. February, 1984. p. 1-9.
- DEGLER, Carl N. In Pursuit of an American History. In: **The American Historical Review**, vol. 92, n. 1. February, 1987. p.1-12.
- DOSSE, François. **A História em Migalhas: dos Annales à Nova História**. Campinas: Editora Unicamp, 1992.
- FITZPATRICK, Ellen. **History's Memory: writing America's past, 1880-1980**. Cambridge: Harvard University Press, 2002.
- FLING, Fred Morrow. Historical Synthesis. In: **The American Historical Review**, vol. 9, n. 1. October, 1903, p. 1-22.
- HAMEROW, Theodore. The Bureaucratization of History. In: **The American Historical Review**, vol. 94, n. 3. June, 1989. p. 654-660.
- HIMMELFARB, Gertrude. Some Reflections on the New History. In: **The American Historical Review**, vol. 94, n. 3. June, 1989. p.661-670.
- JACOBY, Karl. **Shadows at Dawn: a borderlands massacre and the violence of history**. New York: Penguin Press, 2008.
- KLEINBERG, Ethan. Haunting History: deconstruction and the spirit of revision. In: **History and Theory**. Theme Issue 46. December, 2007. p.113-143.
- LIMERICK, Patricia Nelson. Turnerians All: the dreams of a helpful history in an intelligible world. In: **The American Historical Review**, vol. 100, n. 1. February 1995. p.697-716.
- LIMERICK, Patricia Nelson. **Insiders and Outsiders: The Borders of the USA and the Limits of the ASA: Presidential Address to the American Studies Association, 31 October 1996**. In: **American Quarterly**, Vol. 49, No. 3. September, 1997. p. 449-469
- LEUCHTENBURG, William. The Historians and the Public Realm. In: **The American Historical Review**, Vol. 97, No. 1. February, 1992. p. 1-18.
- MEGILL, Allan. **Historical Knowledge, Historical Error: a contemporary guide to practice**. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.
- NOVICK, Peter. **That Noble Dream: the "Objectivity Question" and the American historical profession**. Cambridge: University of Harvard Press, 1988.
- RORTY, Richard. **Para Realizar a América: o pensamento de esquerda no século XX na América**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- ROSS, Dorothy. Grand Narrative in American Historical Writing: from romance to uncertainty. In: **The American Historical Review**, vol. 100, n. 3. p. 651-677.
- SCHLESINGER, Jr., Arthur. **The Disuniting of America**. New York: W. W. Norton, 1991.

SCHRECKER, Ellen. Review of "The Disuniting of America", by Arthur Schlesinger, Jr. In: **The Journal of American History**, vol. 79, n. 4. March, 1993. p. 1565.

SPIEGEL, Gabrielle M. The Task of the Historian. In: [http://www.historians.org/info/AHA\\_History/spiegel.cfm](http://www.historians.org/info/AHA_History/spiegel.cfm) (último acesso em 9.11.2009).

TOWNSEND, Robert. What's in a Label? Changing Patterns of Faculty Specialization since 1975. In: <http://www.historians.org/perspectives/issues/2007/0701/0701new1.cfm> (último acesso em 9.11.2009)

TYRRELL, Ian. **The Absent Marx**: class analysis and liberal history in 20th century America. Westport: Greenwood Press, 1986.

\_\_\_\_\_. The Great Historical Jeremiad: the problem of specialization in American historiography. In: **The History Teacher**, vol. 33, n. 3. May, 2000. p. 371-393.

\_\_\_\_\_. **Historians in the Public**: the practice of American History, 1890-1970. Chicago: University of Chicago Press, 2005.

\_\_\_\_\_. Historians in the Public: a Conversation with Ian Tyrrell. In: <http://www.historians.org/perspectives/issues/2006/0605/0605con1.cfm> (último acesso em 9.11.2009).

VASCONCELOS, José Antonio. **Quem tem Medo da Teoria?** A ameaça do pós-modernismo na historiografia americana. Annablume/Fapesp, 2005.

WIENER, Jonathan M. Radical Historians and the Crisis in American History, 1959-1980. In: **The Journal of American History**, vol. 76, n. 2. September, 1989.p. 399-434.